



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para **EXECUÇÃO DE DA URBANIZAÇÃO DE UMA CICLOVIA NA BR 222 NO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ-PA, CONFORME CONVÊNIO 080/2018-SEDOP, PROCESSO 2018/128364**

2. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A Contratada terá como responsabilidade atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n. ° 4.150 de 21.11.62) e outras normas aplicáveis, no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

2.2. Deverá constar na equipe técnica para execução dos serviços, um engenheiro civil ou profissional com atribuições compatíveis, na forma da legislação, com experiência comprovada por meio de atestados de capacitação técnica, devidamente acompanhados de Certidões de Acervo Técnico, emitidas pelo CREA/CAU. Sendo este responsável pelo acompanhamento/supervisão da obra e pela emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Os demais profissionais também devem ser habilitados para as respectivas funções.

2.3. A contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual e coletivo, além de fiscalizar o cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.

2.4. Todos os serviços realizados deverão ser registrados no diário de obra, assinado pelo responsável técnico e pela fiscalização da PMRP.

2.5. A contratada será responsável pela destinação correta dos resíduos gerados no decorrer da obra, além de atender a legislação ambiental vigente para o local.

2.6. A contratada deverá apresentar na conclusão da obra o "as built" (como construído) dos projetos, devidamente assinada pelo responsável técnico da contratada.

2.7. A contratada será responsável pela vigilância no local de execução da obra.

2.8. A contratada não poderá ceder ou subcontratar total os serviços objeto deste Termo.

2.9. A CONTRATADA poderá subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, ficando na obrigatoriedade de comunicar a CONTRATANTE o nome da empresa e o objeto da subcontratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

2.10. A subcontratada será obrigada a obedecer aos termos aqui explicitados, não terá o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie, e, deverá apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e previdenciária.

2.11. A contratada será responsável pelo cumprimento de todas as disposições e acordos coletivos relativos a legislação social e trabalhista em vigor.

3. VISITA TÉCNICA

3.1 As empresas interessadas em participar desta licitação, Fica estabelecido o 5ª (quinto) dia útil anterior à data da licitação, no horário das 09h:00h às 13:00h, em dia de expediente, para os interessados agendarem visita ao local da obra, mediante o telefone (094) 3326-1394 ou pelo Email: cplrondondopara@yahoo.com.br e cplrondondopara@gmail.com, ou no endereço: rua Gonçalves Dias, 400-centro (PREFEITURA) com o Sr. Alberto Abreu, presidente da CPL.

3.2 O Sr. **JOÃO MALCHER DIAS NETO** Sec. de Obras, Transporte e Urbanismo e o Engenheiro da Prefeitura, acompanhará a visita dos interessados até o local dos serviços/obras, objeto da presente licitação, para constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assim como certificar sobre o local, a implantação do projeto e todas as demais peculiaridades técnicas para execução do objeto

4. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

4.2.1 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE JURÍDICA:

- a) Carteira de identidade e CPF dos sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração ou consolidado, devidamente registrado; ou Certidão da Junta Comercial expedida nos últimos 30 (trinta) dias, em se tratando de Sociedade Comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.2 DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

- b) Prova de Inscrição do Cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativamente ao domicílio ou sede do proponente, devendo ser pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto em licitação.
- c) Certidão de Regularidade de Tributos Municipal da sede da proponente;
- d) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual de Natureza Tributária;
- e) Certidão de Regularidade Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União consolidada, com a Certidão de Regularidade de Débito (CND) expedida pelo INSS, vigente na data de abertura desta licitação;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, junto à Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho CNDT e CNIT emitidas pelo site (www.tst.jus.br).
- h) Comprovante de ausência na relação do Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União(<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?>)
- l) Certidão Negativa do Cadastro Nacional de condenações cíveis por atos de improbidades administrativas e inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.2.3 Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº. 9.854/99);

4.2.4 Declaração sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos;

4.2.5 Declaração que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.2.6 Declaração que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, sediada à _____, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

4.2.7. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de Registro e Quitação da Licitante e de seu (s) responsável (eis) técnico (s) junto ao Conselho Regional de Engenharia– CREA ou CAU, dentro do seu prazo de validade e com jurisdição sobre o domicílio da licitante;
- b) Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução das obras (Modelo em anexo) até o seu recebimento definitivo pela Contratante, assinada pelo representante legal da Licitante e pelo responsável técnico indicado;
- c) O responsável técnico indicado na declaração constante na alínea ‘b’ desta cláusula, somente poderá ser substituído após comunicação ao contratante.
- d) É vedada, a indicação de um mesmo técnico como responsável por mais de uma Licitante;
- e) O Profissional técnico deverá ter no mínimo 03 (três) anos de exercício profissional e comprovação que já executou serviço compatível ao do objeto desta licitação, seja para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, distrital ou privada, por meio de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor de profissional pertencente ao quadro técnico do licitante, devidamente registrado(s) no CREA/CAU e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT de execução de obra em nome da empresa licitante, devidamente registrado no Conselho Regional - CREA/PA OU CAU, sendo necessária para efeito de compatibilidade, e demonstração de execução pretérita dos seguintes quantitativos mínimos relevantes de serviços:

Item	Descrição	Qtde
001.15.13	Concreto simples c/seixo c=5cm traço 1:2:3	2.370m ²
001.06.01.07	Concreto armado FCK = com forma aparente = 1 reaproveitamento	17,00 m ²

- f) Demonstração de aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional), mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

experiência em serviços compatíveis em características nos seguintes quantitativos mínimos relevantes de serviços:

Item	Descrição	Qtde
001.15.13	Concreto simples c/seixo c=5cm traço 1:2:3	2.370m ²
001.06.01.07	Concreto armado FCK = com forma aparente = 1 reaproveitamento	17,00 m ²

- g) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica do CREA/CAU, de sua respectiva Região, com validade à data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais, devendo constar nesta que existe em seu quadro engenheiro civil. No caso de empresas licitantes não serem registradas/inscritas no CREA/CAU do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião do assinatura.
- h) Para o atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA e/ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove ter o profissional executado.
- i) Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social, e ou contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente, com firma reconhecida em cartório de ambas as partes, e com prazo de vigência de no mínimo a vigência da obra a ser contratada.
- j) Declaração de que possui aparelhamento e pessoal técnico disponível para a realização das obras e serviços, objeto desta licitação.
- k) Atestado de visita é necessário à proponente, quando da visita do local da(s) obras(s), que obtenham, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da(s) obra(s) serão custeados integralmente pela própria proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

4.2.8. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprove boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade são indispensáveis, devidamente registrado na Junta Comercial competente.

b) O Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador, acompanhado da CRP - Certidão de Regularidade Profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, válida na data do certame.

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, podendo ser substituído quando consolidado no próprio balanço, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável em longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível em longo prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

PL = patrimônio líquido

d) Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no item d, estarão inabilitadas.

e) Só serão habilitadas as empresas cujos índices atenderem aos critérios mínimos acima estabelecidos.

f) Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, que ainda não tenha balanço final de exercício, deverão apresentar balanço de abertura e/ou demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência.

g) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física e Certidão de falência de âmbito Federal expedida através do sítio: www.tjdft.jus.br/servicos/certidao-nada-consta/tipos-de-certidao/certidao-falencias

.h) Certidão Simplificada da Junta Comercial, com todos os dados cadastrais atualizados, atestando o capital social ou patrimônio líquido na data da apresentação da abertura dos envelopes, de no mínimo 10% (dez por cento) no valor estimado do objeto desta licitação, condição indispensável para habilitação da empresa.

i. Será julgada inabilitada a proponente que colocar os documentos em envelopes trocados.

j. A comprovação dos documentos mencionados na cláusula quarta, item 4.2 deverão ser concretizada, com a inclusão da Documentação, em envelope fechado (colado ou lacrado) subscrito:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

CONCORRÊNCIA:

PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

l). Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas em cartório ou cópias acompanhadas dos originais para autenticação pela Comissão de Licitação durante a sessão pública. Não serão aceitas para autenticação, cópia de outra cópia autenticada, somente de documentos originais.

5. PRAZOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

5.1. O prazo de vigência do contrato fica fixado em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

5.2. Após a emissão da Ordem de Execução de Serviços a Contratada, deverá iniciar a obra em até 10 (dez) dias.

5.3. A PMRP fornecerá junto com a ordem de serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da prestação dos serviços.

6. REAJUSTES

6.1 Os valores contratados serão fixos e irremovíveis pelo período de execução do contrato.

6.2 - Os valores contratados somente poderão ser reajustados após o transcurso do prazo de 12 meses, contados a partir do início da vigência do contrato, utilizando-se o índice IGPM/FGV ou outro que vier substituí-lo.

6.3 O reajuste de preços poderá ser solicitado pelo licitante vencedor com apresentação de requerimento junto a prefeitura Municipal de Rondon do Pará, acompanhado de justificativa do aumento dos preços dos materiais pela indústria e ou dos encargos financeiros ocorridos (aumento da carga tributária). Caso haja redução dos preços o mesmo será aplicado na nota fiscal sem necessidade de termo aditivo.

7. DA ORIGEM DOS RECURSOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A despesa com a execução dos serviços objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2018, **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 08011545101511036 – Construção e implementação de ciclovias, **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações, **SUBELEMENTO:** 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações

7.2. O pagamento da execução dos serviços objeto da cláusula primeira do presente contrato será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro (anexo).

7.3. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, o engenheiro procederá à medição dos serviços efetivamente executados concluídos e aceitos, quando será emitida a nota fiscal e encaminhada para o Departamento de Compras para averiguação e constatação dos serviços para posterior autorização do pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

7.4. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com Seguridade Social (INSS), FGTS, a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO.

7.5. Após a última medição dos serviços efetivamente executados concluídos e aceitos será efetuado o recebimento provisório.

7.6. O recebimento definitivo da obra ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços/recebimento provisório.

7.7. O recebimento definitivo da obra somente ocorrerá caso tenham sido sanadas todas as eventuais imperfeições detectadas durante a execução da obra ou no transcurso de prazo previsto no subitem anterior.

7.8. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) testar todos os equipamentos e instalações;
- b) revisar todos os acabamentos;
- c) proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. A CONTRATADA fica obrigada, pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro.

7.11. A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

7.12. Somente serão pagos as obras efetivamente concluídas, medidos e aceitos provisoriamente.

7.13. A CONTRATADA se obriga quando na emissão da nota fiscal no espaço para observação deverá constar o número da CONCORRÊNCIA e do CONTRATO.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução dos serviços será feita por Comissão designada pelo Município de Rondon do Pará, para promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no cronograma Físico-Financeiro

8.2. Fica a contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente contrato, facultando o livre acesso ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado.

8.3. A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

8.4. A fiscalização poderá contar com apoio técnico da(s) empresa(s) contratada(s) pela PMRP para auxiliar no processo de fiscalização da referida obra.

8.5. O Contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Sr. **JOÃO MALCHER DIAS NETO**, ou outro designado para esse fim, representando a CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em Cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- a) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- b) responsabilizarem-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para o CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

- c) responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos;
- d) cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, a obra seja entregue inteiramente concluída e acabada, em perfeitas condições de uso;
- e) observar, na execução da obra mencionada, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;
- f) providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento dos serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, bem como de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;
- g) fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão de obra necessários à execução da obra;
- h) fornecer e utilizar na execução da obra, equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade;
- i) executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados;
- j) realizar as despesas com mão de obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação;
- l) assumir quaisquer acidentes na execução da obra, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA";
- m) se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização da obra, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- n) obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução da obra, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

o) fornecer, na entrega da obra, as indicações práticas sobre o uso e limitações da mesma;

p) providenciar o registro da obra junto ao CREA/CAU/MT e entregar a CONTRATANTE a respectiva ART;

q) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais de Prestação de Serviços, acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão de obra;

r) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às medições da obra já executada;

s) prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis.

t) se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;

u) se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.

v) se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços.

x) manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras.

z) proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos.

9.2. A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

9.3. Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) imperfeição ou insegurança nas obras e/ou nos serviços;
- c) falta de solidez das obras e/ou serviços executados, mesmo verificada após o término deste contrato;
- d) violação do direito de propriedade industrial;
- e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução de obras e/ou serviços;
- f) ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir às obras e aos serviços;
- g) esbulho possessório;
- h) infiltrações de qualquer espécie ou natureza;
- i) prejuízos causados à propriedade de terceiros.

9.4. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

10. SÃO DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

- b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei e do presente contrato;
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;
- e) fiscalizar a execução da obra por intermédio do seu engenheiro responsável;
- f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666/93, e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico e financeiro durante a execução do contrato;
- g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas medições de cada etapa, já devidamente atestadas por Engenheiro responsável pela fiscalização;
- h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial da obra ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;
- i) efetuar a restituição da garantia oferecida para a plena execução da obra, após a sua conclusão e entrega final;
- j) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as notas fiscais de cada parcela;
- k) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- l) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

11. ESTIMATIVA DE CUSTO

O custo dos serviços objeto deste Termo de Referência está orçado em R\$ 2.065.308,27 (dois milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e vinte e sete centavos), já inclusos o BDI e encargos sociais.

12. PRAZO DE GARANTIAS

O Prazo de Garantia dos serviços prestados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Sec. Mul. De Obras, Transporte e Urbanismo

13.1. Devem constar no envelope de proposta de preços, as composições de custos unitários, o detalhamento de encargos sociais e do BDI, e, o cronograma físico financeiro.

13.2. A proposta de preços deverá ser em via impressa e arquivo digital.

13.3. A qualificação técnica será analisada pelo engenheiro da PMRP antes da publicação do resultado da licitação.

Rondon do Pará, 25 de junho de 2018



JOÃO MALCHER DIAS NETO
Secretário Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo - SOTURB
João Malcher Dias Neto
Sec. Municipal de Obras
Transporte e Urbanismo
Dec. nº 0015/2017